

1. Forças sociais e partidos políticos têm vindo a público manifestar a sua preocupação pelo agravamento das condições de vida do povo português e pela ausência quase total de perspectiva de futuro.

A diversidade de filiação ideológica dessas forças ou personalidades, e a convergência das suas preocupações mostram que a crise actual apresenta hoje aspectos que não podem deixar de apelar ao senso comum de todos os que estão empenhados numa transformação real da vida do país.

Verificá-lo é para nós uma garantia de que começam a criar-se no país as condições para um querer comum capaz de mobilizar energias, vontades e recursos, até agora dispersos e muitas vezes neutralizando-se mutuamente.

É nesse contexto que se insere a nossa reflexão, fiel aos valores que nos norteiam : *(o enraizamento na sociedade portuguesa, a qualidade ética da prática colectiva, o sentido do rigor e da inovação dos projectos, a determinação comum em contribuir para criar um país novo.)*

É pois uma corresponsabilização democrática que se torna imperativa, capaz de ir criando uma matriz socio-cultural nova, mais exigente na sua teoria - ao mesmo tempo mais científica e mais humana - e mais pragmática na sua prática - ao mesmo tempo mais realista e mais eficaz. É assim que consideramos urgente contribuir para o ~~aperfeiçoamento~~ <sup>aprofundamento</sup> do regime democrático.



2  
—

2. A crise em que vivemos tem hoje dimensões mundiais. Invocamo-la não como justificação da crise portuguesa mas como factor que implica uma profunda modificação do entendimento dos problemas e das soluções que para eles podem ser encontradas.

As instituições democráticas, tais como funcionam no mundo ocidental, desenvolveram-se em simultaneidade com as várias etapas do processo de industrialização dos países do hemisfério Norte. Floresceram até aos nossos dias em situações em que o fácil acesso às matérias primas, a utilização de mão-de-obra barata, e o sempre possível acesso a novos mercados, criavam um postulado de crescimento económico. As democracias avançadas apareciam assim quase como garantia de constante aumento de bem-estar para os cidadãos.

Ora, a situação actual é radicalmente diferente, inédita mesmo: a democracia tem de definir as suas finalidades num universo de escassez.

As estratégias clássicas de desenvolvimento deixaram de poder propor metas seguras para a gestão eficaz do bem-estar dos cidadãos.

A ciência económica entrou num período de falência por estar em cause a sua capacidade de interpretar a complexidade da economia na sua relação com todos os aspectos da vida.



O Estado-providência não consegue reformular as prioridades e renovar os mecanismos que permitam a efectiva protecção dos direitos sociais, culturais e económicos fundamentais sem aumentar de forma exponencial os seus custos e tornar ainda mais pesada a carga fiscal. Os modelos e os dogmas políticos aparecem desajustados.

As relações entre os Estados repercutem as consequências desse desajuste. Enquanto no início da década de 70, pareciam desenhar-se metas generosas e mobilizadoras para a cooperação entre os Estados, hoje a recessão económica desdobra-se na retracção das perspectivas de solidariedade. Bem ao contrário do que então se esperava, tem vindo a processar-se um novo alargamento das fronteiras mundiais que acentua a divisão internacional do trabalho, aumenta o empobrecimento e a dependência da grande maioria dos Estados, impõe por todos os meios as hegemónias existentes.

A democracia está, pois, a braços com o maior problema que já se lhe deparou : como gerir uma economia que faz corpo com a liberdade, tanto no plano interno como no plano externo.

Daí a urgência de repensar em cada situação concreta o projecto social e político e de encontrar os mecanismos, quer tradicionais quer resultantes das novas exigências, capazes de mobilizar toda a sociedade no delinear desse mesmo pro-



jacto e de, através dele, afirmar a independência nacional.

Neste contexto, o quadro de opções possíveis para um país como Portugal nem é completamente claro nem ilimitado.

Resta-nos uma muito <sup>pequena</sup> ~~apertada~~ margem de manobra dentro do apertado sistema mundial. Mas dentro dessa margem podemos ainda encontrar caminhos e ~~soluções~~ que apontem para novos objectivos e novas soluções.

Fundação Cuidar o Futuro



5

3. A gravidade da situação em Portugal é inequívoca nos indicadores habitualmente mencionados : o aumento do custo de vida, o desequilíbrio externo, o deficit financeiro do Estado.

Mas há <sup>estes</sup> indicadores igualmente graves : assim, na vida quotidiana, vivemos as consequências de um estado de coisas paralizante das nossas energias. Todos somos obrigados a uma luta constante contra os estrangulamentos, as formas de produção de bens ou serviços que são a própria negação de uma economia saudável. Gastamos ingloriamente os recursos humanos de que dispomos nesse vencer de vicissitudes e contra-tempos de serviços mal organizados, de estruturas sem auto-correcção. Esta economia do desperdício atinge todos os aspectos da nossa vida colectiva : colheitas que se não fazem, maquinaria que está parada, relatórios que nada propõem, serviços que funcionam em circuito fechado e que são socialmente inúteis.

Faça e esse desperdício consideramos que as soluções do mero "deve e haver" pervertem a finalidade social de toda a política.

~~Em segundo lugar,~~ A gestão imediatista da crise, quando recorre a medidas de elevados custos humanos e sociais tenda a esvaziar de conteúdo não só o projecto que a Constituição perfila mas a própria democracia. Perdido o horizonte temporal mais vasto, a democracia enfraquece. É que o médio prazo de hoje é o imediato de amanhã. De imediato em imediato, as te-



nazes do definhamento económico, as exigências postas à população, a dependência externa, cresce<sup>in</sup>controladamente.

Em tempo de crise, há, sem dúvida, patamares de execução imediata. No entanto só têm sentido quando realizados em simultaneidade com uma política a médio prazo. É esta questão que pode ser, desde já, não só horizonte para <sup>a</sup>esperança e assim objectivo mobilizador, mas também enquadramento e aferimento de cada medida pontual e imediata. A gestão <sup>política</sup> ~~de se quer prag-~~ ~~mática~~ tem de respeitar as exigências do mais saudável pragmatismo : ~~o princípio da coexistência~~ ou o ~~casi-e-vém~~ incessante entre o que se faz <sup>no</sup> imediato e o ~~que~~ <sup>por</sup> que se faz do médio prazo.

## Fundação Cuidar o Futuro



*questão de*

A orientação do desenvolvimento não pode ser adiada. O desenvolvimento é um processo que se desenrola a vários níveis com metas diferentes consoante pensamos nas restrições necessárias hoje, nas melhorias que podemos introduzir e que virão a dar resultado no médio prazo, e nas grandes decisões a longo prazo (culturais, agrícolas, industriais, administrativas e de relacionamento com os outros povos) que vão acompanhar-nos ao longo de anos e cujos efeitos só no longo prazo se poderão sentir.

Muito do que hoje se decide (ou realiza sem que haja acto de decisão) hipoteca o futuro - em riqueza, em condições de ambiente, em modos de convivência. Por isso as opções de hoje têm de ser desde já discutidas, avaliadas, pesadas em termos prospectivos, tornando claras as implicações que têm para as gerações de amanhã.

### Fundação Cuidar o Futuro

É certo que na vida quotidiana os três planos se interpenetram e que as exigências e restrições do imediato tendem a relegar para melhores tempos a definição clara das opções que se impõem. Mas só um olhar que encare desassombradamente e imaginativamente o futuro poderá permitir-nos encontrar, pelos nossos próprios meios, as soluções adequadas.



4. Para enfrentar a situação que o país atravessa, o governo vem adoptando um conjunto de medidas que se inscrevem no figurino hoje largamente seguido nos países com problemas afins : contenção dos salários, redução das despesas públicas, aumento das taxas de juro, aumento dos impostos, desvalorização da moeda.

É talvez possível pensar que, num quadro de desenvolvimento económico e de bem-estar social geral, tais medidas possam atenuar alguns dos factores mais evidentes da crise. Tal não acontece, porém, em países como o nosso, onde a satisfação das necessidades básicas da <sup>maioria da</sup> população se encontra ainda abaixo de níveis aceitáveis para uma vida digna e livre. Nesses casos as consequências das medidas de emergência usadas vão precisamente no sentido do agravamento dos efeitos da crise que mais directamente afectam a população : reduz-se o poder de compra e aumenta-se o desemprego.

Na lógica das premissas económicas e políticas vigentes, este carácter paradoxal parece inevitável.

Outras soluções qualitativamente diferentes seriam necessárias.

Estamos conscientes de que um novo esquema económico implicaria modificações estruturais que, embora inscritas na Constituição da República Portuguesa, não têm, no entanto, ainda consistência institucional própria. Estamos igualmente conscientes de que nenhum esquema de gestão tem justificação ética para pedir adiamentos aos que já sofrem das mais fundamentais carências.





Impõe-se assim a necessidade de tudo mobilizar - ideias, talentos, trabalho, iniciativa, pesquisa, instituições, qualquer que seja o seu enquadramento ideológico-político em termos tradicionais - para se irem construindo novas premissas que permitam encontrar soluções que, mesmo já no curto prazo, representem para a população a possibilidade de vencer a crise com custos menos impiedosos.

Impõe-se cada vez mais um esforço produtivo que aproveite os recursos próprios, que combata o grave déficit da produção alimentar, os acentuados desequilíbrios industriais, o subaproveitamento dos equipamentos disponíveis, a inutilização de recursos financeiros estagnados ou alimentando circuitos especulativos, um regime fiscal conivente com a fraude, a corrupção e a injustiça, a ausência de aplicação rigorosa de uma política de orientação e selecção do capital estrangeiro, a quasi inexistente busca de inovação tecnológica, o alheamento dos cidadãos de um planeamento participado, enfim, a burocratização irracional e entorpecedora da administração pública.



5. Torna-se, assim, urgente uma política económica que encare o país como um todo e não fomente o antagonismo e a contradição entre o litoral e o interior, entre a agricultura e a industria, entre a actividade privada e a empresarial do Estado. Torna-se igualmente urgente uma política de crédito que não transfira a poupança da agricultura para a industria ; a pouca riqueza do interior para o litoral ; as remessas dos emigrantes para actividades especulativas.



Tão imperativo é hoje uma política global que reoriente os padrões de consumos alimentares, tendo em conta a nossa capacidade agrícola, como a que impeça o crescimento dos desperdícios de energia onde os aumentos de preços mais sentido não têm que a perpetuação do anterior.

## Fundação Cuidar o Futuro

Não tomando a autarcia como objectivo, aliás descabido e irrealista, é fundamental desenvolver uma política de agricultura e de comercialização de bens alimentares que favoreça o aumento da produção, da qualidade, da produtividade e do emprego, que trave a delapidação do capital fundiário, e o ciclo vicioso da pauperização do agricultor e dos subsídios contraditórios e corruptores.

Simultaneamente, a estratégia da energia não pode reduzir-se à visão sectorial que fomenta o desperdício para veicular modelos de sociedade e de desenvolvimento que se não discutem nem assumem a pretexto da sua tecnicidade. Um Plano Energético Nacional tem de inserir-se numa estratégia global de desenvolvimento que promova as potencialidades dos nossos recursos naturais, técnicos e humanos, que adeque as formas de energia aos seus usos, e não acentue os já graves desequilíbrios regionais e a dependência externa.

O aumento dos preços dos combustíveis e da energia eléctrica, afectando de modo profundamente desigual as actividades económicas e os cidadãos (por força dos mecanismos de transferência forçada de recursos implícito nas estruturas tarifárias e de preços) agravará, sem corrigir, as distorções estruturais que vêm de décadas passadas. Uma política energética desligada de uma política industrial, de uma política de bens alimentares e de uma política de transportes, transforma-se numa finalidade em si mesma e deixa de estar ao serviço do cidadão para forçar o cidadão a servi-la. É também este ciclo vicioso que é necessário quebrar.

## Fundação Cuidar o Futuro



6. A situação humana de muitos milhares de portugueses é grave. Não pode construir-se uma gestão de emergência sobre os escombros de um povo que ~~quer~~ quer trabalhar.

A revalorização do pequeno empresário e da pequena empresa terá que achar mecanismos de intercâmbio e articulação, quer para responder às especificidades locais quer a mercados externos não tradicionais, susceptíveis de se nos abrirem. E se uma política industrial se não compadece com a aposta em empreendimentos gigantescos e vultuosos, hoje ultrapassados, igualmente se tem de recusar uma opção desindustrializadora, sem se atender à reconversão possível e produtiva do existente.

Ainda neste domínio, é necessário resolver na prática e de forma clara a complementarização entre empresas públicas e empresas privadas, articulando-se num processo de interdependência produtiva e de rentibilidade. A racionalização da gestão das empresas públicas exige, desde já, um processo de transparência na sua gestão técnica, administrativa e financeira integrando, por um lado, as condições próprias às regiões onde estão implantadas e, por outro lado, a intervenção dos utentes através dos processos participativos adequados à democracia social. Só assim se <sup>alcançará</sup> ~~obterá~~ a necessária remodelação de serviços, e a inovação, que conduz a um processo socialmente equilibrado de auto-financiamento, e não à custa do agravamento dos impostos e do nível de vida dos cidadãos.

~~Finalmente, a solidariedade nacional também não pode ser~~



A solidariedade nacional também não pode ser recriada à custa dos assalariados, dos mais desprotegidos e dos mais pobres. Tem de ser combatida desde já o proliferar de situações de não pagamento de salários devidos aos trabalhadores em situação de laboração normal. De igual modo, tem de ser urgentemente corrigida a tendência que a disposição do "lay-off" revela, i.e., a abertura para eventuais despedimentos colectivos e a cobertura aos empresários que não pagam os salários devidos.

Tal situação gera não só uma paralizante insegurança económica em todos os que trabalham como contribui para um processo de estrangulamento das organizações sindicais a partir das empresas e das suas comissões sindicais.

## Fundação Cuidar o Futuro

Também aqui se prova que a crise do país combatida por critérios estritamente economicistas acaba por ser atentatória dos direitos constitucionais dos cidadãos. Importa, por isso, que os sindicatos, como parte integrante do tecido social, se dirijam aos problemas reais e estruturais da vida económica ao mesmo tempo que denunciem as graves distorções da conjuntura. Cada vez mais têm de ser tomadas como uma fonte mobilizadora das classes trabalhadoras para fazer sair o país da crise.

Neste quadro, <sup>coordena</sup> cabe às estruturas de poder local e de ~~configura~~ <sup>configura</sup>ção regional a criação de uma solidariedade actuante entre todos os agentes da vida económica e social. Torna-se urgente que dessas estruturas - que já tanto têm provado noutros



aspectos - brote o estímulo para as iniciativas individuais ou cooperativas, que, nascendo de um verdadeiro enraizamento local ou regional, possam conduzir a novas unidades produtivas, capazes de responder a necessidades reais ou potenciais, contribuindo, por um lado, para a produção de novos bens para o mercado interno e, eventualmente também para o mercado externo e, por outro lado, para a criação de empregos correspondentes a actividades socialmente úteis.

*Tais unidades  
internas e, eventualmente também para o mercado*

Fundação Cuidar o Futuro



7. Num contexto de restrição económica e de lassidão social, acentua-se a hegemonia do Estado. Este, mesmo que alicerçado em órgãos democráticos, tende a ocupar todo o espaço disponível na sociedade.

Pelo Estado passam, muitas vezes num secretismo de mau agouro, as decisões sobre investimentos e empréstimos - e assim fica condicionada, a médio ou a longo prazo, a nossa situação económica. Por ele passam as iniciativas dos grandes empreendimentos industriais, muitas vezes suscitados por factores externos à vida da sociedade portuguesa - e aí fica agrilhada por décadas a orientação da produção e com ela grande parte das condições sociais e dos valores culturais. Por ela passam as reformas do ensino e as opções relativas aos grandes instrumentos da cultura - aí fica marcado o tipo da nossa vivência cultural colectiva e os moldes em que se vai escoar a nossa criatividade. Por ele passam os pequenos ou grandes arranjos relativos à comunicação social - e aí fica revelada a capacidade de toda a sociedade de enfrentar os conflitos, as dissidências, as contestações, as alternativas reais no conteúdo e no estilo.

Num Estado configurado como centralizado e gigante, absorventemente estruturante da sociedade, as fórmulas e os mecanismos da democracia representativa, consignados na Constituição da República, têm vindo a institucionalizar-se com cada vez menor participação da vontade directa dos cidadãos cuja capacidade de intervenção se limitaria apenas aos momentos em que são chamados a votar. Esse afunilamento das delegações de representa-



tividade provoca o alheamento dos cidadãos das decisões que lhes dizem respeito.

O sistema político português começa a manifestar preocupantes distorções de exercício. São sintomas desse estado de coisas a tendência <sup>para</sup> a governamentalização do Estado, em que este galopantemente se partidocratiza ; a gradual esvaziamento da essencial dignidade, identidade e especificidade fiscalizadora da Assembleia da República, ~~que~~ transformando-se com frequência em simples câmara de eco do Executivo ; a redução prática das competências próprias do Chefe do Estado as quais, longe de poderem ser exercidas num contexto de harmonização entre o <sup>Presidente</sup> ~~PR~~ República e o Governo na direcção do Estado, se transformam gradual e perigosamente em atribuições correspondentes ao caso limite de "segurança do sistema" em tempo de crise ou de rotura ; o risco de perda de credibilidade das próprias "válvulas de segurança" do sistema democrático (Tribunal Constitucional, Provedor de Justiça, Conselho Superior de Defesa Nacional) ao instituírem-se numa lógica de referência governamental e partidocrata. Nem sequer o nível simbólico a que se festeja a celebração do renascer de um povo escapa a essa lógica : as comissões oficiais para as comemorações do 25 de Abril foram constituídas como se fossem objecto de coligação.

Os riscos de pauperização do regime democrático não podem ser ignorados. Ao esvaziarem-se as instituições democrático-representativas, afastamo-nos cada vez mais das aspirações da democracia participada inscrita na Constituição, em ~~numerosas~~





~~artigos a sistematizado no artigo 48.~~ Inevitavelmente a política reduz-se à simples relações de forças, sem projecto<sup>o</sup> em que o mais forte domina.

Só a vitalidade social - nas múltiplas formas tomadas pela organização de todos nós à volta dos pontos fulcrais em que a acção de cada um atinja o máximo das suas potencialidades - só essa vitalidade poderá conquistar para a sociedade e possibilidade de decidir do presente e do futuro.

Os portugueses têm direito ao futuro - e a um futuro digno do 25 de Abril. Cabe-nos a nós todos construí-lo.

Fundação Cuidar o Futuro

